CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 186ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 29 de abril de 2026.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Sérgio Luiz Leite, Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Luiz Marinho, Vice-Presidente do Codefat e Conselheiro Titular Representante do MTE; Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior; Secretário-Executivo do Codefat; Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat substituto; Camila Ferraz Peixoto Cavalcante, Conselheira Titular Representante da CC/PR; Rafael de Azevedo Ramires Leão, Conselheiro Titular Representante do MF; Alexandre José da Conceição, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Edilson Urbano da Silva, Conselheiro Suplente Representante do MDIC; Conrado Leiras Matos, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Joílson Antonio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; Tacimer Kulmann da Silva, Conselheiro Titular Representante da CSB; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Conselheiro Suplente Representante da NCST; Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Titular Representante da CNTur; Carlos Alberto D'Ambrósio, Conselheiro Suplente Representante da CNC; Rhuan Rafael Lopes de Oliveira, Conselheiro Suplente Representante da CNA; e, Frederico Toledo Melo, Conselheiro Suplente Representante da CNT.

CONVIDADOS: Augusto Vasconcelos, Representante do Fonset; Francisco Macena da Silva, Conselheiro Suplente Representante do MTE e Secretário-Executivo do MTE; e, Henrique Eduardo Medeiros Aquino, Secretário da SEQ substituto.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, teve início a Centésima Octogésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), sob a direção do Presidente do Codefat e Conselheiro Titular da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite. **I – ABERTURA:** O Presidente cumprimentou a todos e, em seguida, desejou boas-vindas ao Secretário Estadual do Trabalho da Bahia, Sr. Augusto Vasconcelos, que estava representando o FONSET. Informou que seria requerido, para a próxima reunião, apresentação sobre o tema: Avaliação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Prosseguindo, solicitou ao Secretário-Executivo do Codefat substituto que conduzisse a reunião, registrando que o Vice-Presidente e Ministro do Trabalho e Emprego ingressaria no decorrer

dos trabalhos, haja vista que se encontrava em outra agenda. O Secretário-Executivo do Codefat substituto, Sr. Sandro Pereira Silva, passou ao tópico **II – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 1 - Ata da 185ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2026**. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, ressaltou a dificuldade de assinar as atas após alteração no SEI em que os membros do Conselho passaram a ser classificados como usuário externo. A Coordenadora-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CGFAT/DGF/SPT/MTE), Sra. Suely Barrozo Lopes, esclareceu que desde o início do ano que as atas passaram a ser assinadas apenas pelo Presidente do Codefat e pelo Secretário-Executivo do Codefat, a quem cabia a sua lavratura. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, registrou que os dois próximos itens seriam submetidos diretamente à ratificação, sem apresentação, ressaltando que a equipe técnica se encontrava presente para esclarecer eventuais questionamentos. Assim, passou ao **ITEM 2 - Ratificação da Resolução Codefat/MTE nº 1.036, de 3 de março de 2026, aprovada por *ad referendum*, que dispõe sobre a ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos trabalhadores dos municípios de Juiz de Fora, Ubá e Matias Barbosa do Estado de Minas Gerais em situação de calamidade pública, declaradas em decorrência de chuvas intensas**. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido ratificado por unanimidade dos presentes. Na sequência, passou ao **ITEM 3 - Ratificação da Resolução Codefat/MTE nº 1.037, de 3 de março de 2026, aprovada *por ad referendum*, que dispõe sobre a antecipação do pagamento do Abono Salarial aos trabalhadores nascidos entre os meses de março e dezembro com vínculo empregatício com empregadores domiciliados nos municípios de Juiz de Fora, Matias Barbosa e Ubá, no Estado de Minas Gerais**. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido ratificado por unanimidade dos presentes. Prosseguindo, passou ao **ITEM 4 - Prestação de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, relativa ao exercício de 2025**. O Coordenador-Geral de Recursos Financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CGRFAT/DGF/SPT/MTE), Sr. Paulo César Bezerra de Souza, declarou que a Prestação de Contas apresentava os resultados físicos e financeiros das ações do FAT em 2025. Relatou que houve crescimento de 5,1% nas receitas do FAT, que saíram de R$113,14 bilhões para R$118,96 bilhões, com os seguintes destaques: i) decréscimo de 1,2% nas receitas da contribuição PIS/PASEP, que saíram de R$85,45 bilhões para R$84,38 bilhões; ii)

acréscimo de 22,2% nas Receitas Financeiras do FAT, que saíram de R$26,39 bilhões para R$32,25 bilhões; e, iii) acréscimo de 177,1% dos Repasses do Tesouro Nacional, que saíram de R$733,60 milhões para R$2,03 bilhões. Observou que a arrecadação total da contribuição PIS/PASEP, no exercício de 2025, foi da ordem de R$102,89 bilhões, da qual foi deduzido para gastos previdenciários o montante de R$18,51 bilhões, quantia 6,6% superior ao valor que foi objeto de dedução em 2024 (R$17,36 bilhões). Em seguida, relatou o crescimento de 8,2% nas obrigações do FAT (despesas correntes + empréstimos ao BNDES), que saíram de R$110,23 bilhões para R$119,28 bilhões, com os seguintes destaques: a) acréscimo de 10,7% com o pagamento do benefício do Seguro-Desemprego, que saiu de R$53,37 bilhões para R$59,09 bilhões; b) acréscimo de 9,8% no pagamento do benefício do Abono Salarial, que saiu de R$28,13 bilhões para R$30,90 bilhões; e, c) acréscimo de 2,3% nos empréstimos ao BNDES, que saíram de R$28,28 bilhões para R$28,93 bilhões. Em seguida, informou que o Fundo apresentou resultado nominal deficitário de R$320,0 milhões (R$118,96 bilhões de receitas e R$119,28 bilhões de obrigações), montante 111,0% inferior ao registrado em 2024 (superávit nominal de R$2,91 bilhões). Destacou que houve crescimento do Ativo Patrimonial do FAT, da ordem de 3,25% (valores reais a preços de dez/2025-IPCA), o qual saiu de R$565,7 bilhões em 2024 para R$584,1 bilhões em 2025, assim distribuído por fonte: i) empréstimos constitucionais ao BNDES: R$481,5 bilhões; ii) extramercado: R$58,3 bilhões; iii) depósitos especiais: R$3,7 bilhões; e, iv) outras fontes: R$40,6 bilhões. Prosseguindo, relatou a situação atual do julgamento das contas do FAT pelo Tribunal de Contas da União – TCU: i) até 2020: aprovadas pelo TCU como regulares e com quitação plena aos responsáveis; ii) exercícios de 2018, 2022, 2023 e 2024: processos de contas não selecionados para julgamento pelo TCU; e, iii) exercício de 2021: em análise pelo TCU. Destacou que, segundo a Área Setorial Contábil do MTE, as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estavam, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI. O Coordenador-Geral da CGRFAT concluiu, declarando que os recursos do FAT foram aplicados de acordo com as normas legais, e que as contas do FAT se encontravam em conformidade contábil, propondo-se assim a aprovação da Prestação de Contas do FAT do exercício 2025. O Secretário-Executivo do Codefat substituto registrou que o Ministro do Trabalho e Emprego e Vice-Presidente do Codefat havia ingressado na presente reunião e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Suplente Representante da CNA,

Sr. Rhuan Rafael Lopes de Oliveira, solicitou que fosse requerido junto ao Ministério da Fazenda uma projeção de como ficaria a arrecadação do FAT após a reforma tributária. O Secretário-Executivo do Codefat substituto informou que seria encaminhado ofício ao Ministério da Fazenda solicitando as projeções decorrentes do novo imposto Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS. O Secretário-Executivo do Codefat, Sr. Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, registrou que também seria solicitado o detalhamento da transição desse novo imposto, a ser apresentado quando disponível. O Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo, considerou louvável o slide que tratava das perspectivas de riscos para o FAT, dado que seria importante para a reflexão sobre o tema e eventual tomada de providências no sentido de minimizar a sua ocorrência. Ponderou que era assustador o dispêndio para o pagamento do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), inclusive para beneficiários em municípios que se quer tinham rios ou lagos para a prática da pesca. Destacou a baixa taxa de colocação de trabalhadores pela Rede Sine, acrescentando que talvez fosse pela insuficiente qualificação profissional dos candidatos ou pela baixa remuneração ofertada. Finalizando, manifestou preocupação com o elevado valor de recursos do FAT repassados para a previdência social, dado os seus impactos nas contas do Fundo. O Conselheiro Titular da UGT também ressaltou que a taxa de colocação de trabalhadores era muito baixa, acrescentando que demandaria aumento médio da remuneração das vagas para atrair profissionais mais qualificados. O Conselheiro Titular Representante da CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, ponderou que os recursos escassos inviabilizavam o desenvolvimento das políticas de qualificação profissional. Defendeu maior equilíbrio na distribuição de recursos para a Rede Sine entre as regiões, visando minimizar diferenças regionais, e cada vez mais interlocução do MTE com o Fonset. O Representante do Fonset, Sr. Augusto Vasconcelos, declarou que se fazia necessário aumentar o montante de recursos disponibilizados para os entes parceiros (estados e municípios) investirem em políticas públicas de trabalho, emprego e renda, em especial para a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional. O Conselheiro Suplente Representante da CNT, Sr. Frederico Toledo Melo, observou que a renda média salarial se encontrava em valor recorde, de modo que não vislumbrava essa questão como significativa para explicar a baixa colocação de trabalhadores. O Conselheiro Titular Representante da CNTur, Sr. Sebastião Antunes Duarte, destacou que a Confederação estava lutando há cerca de 20 anos pelo Sistema S do setor de turismo, ressaltando que seria destinado à qualificação profissional de trabalhadores das atividades turísticas. O Secretário Nacional de Qualificação, Emprego e Juventude substituto (SEQ/MTE), Sr. Henrique Eduardo Medeiros Aquino, ressaltou que a taxa de colocação de

trabalhadores se encontrava em evolução, sendo a de 2025, recorde, ainda que o índice estivesse abaixo do esperado. Declarou que a SEQ estava envidando esforços no sentido de buscar melhorar e aperfeiçoar todas as ações desenvolvidas pela Rede Sine. O Vice-Presidente, Sr. Luiz Marinho, convidou a todos para prestigiarem, no período de 04 a 08.05.2026, a Semana do Trabalhador, a ser realizada na área externa do Edifício-Sede do MTE. Destacou que o País registrava crescimento da massa salarial e da geração de empregos, mérito do atual Governo e da classe empresarial, não obstante o desmonte das políticas públicas de trabalho, emprego e renda promovido pelo governo anterior. Relatou que a gestão atual vinha trabalhando no sentido de devolver à Rede Sine o seu protagonismo, visando proporcionar aos trabalhadores um atendimento cada vez melhor e eficiente. Ponderou que o repasse de recursos do FAT para a previdência social era um tema sensível, dado que prejudicava as receitas do Fundo, mas se fazia necessário para garantir o pagamento dos segurados. Manifestou preocupação com os rumos da pejotização, uma vez que poderia causar grandes prejuízos para toda a sociedade. O Vice-Presidente finalizou, informando que ele e o Conselheiro Suplente do MTE precisariam se retirar para atender outra demanda. O Conselheiro Suplente Representante do MDA, Sr. Alexandre José da Conceição, declarou que a mecanização e a industrialização da agricultura familiar demandavam recursos financeiros e mão de obra qualificada, o que ensejaria discussão de como atender essa demanda. O Secretário-Executivo do Codefat substituto indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, colocou o item em votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, passou ao tópico **III – INFOMES: ITEM 5 - Tema: Relatório Situacional da Pesquisa no Codefat (Pesquisa sobre o Perfil dos Conselheiros Nacionais - Reconstrução da Participação Social no Brasil), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e pela Secretaria Nacional de Participação Social – SNPS/SG-PR**. O Pesquisador do IPEA, Sr. Itaquê Barbosa, declarou que a pesquisa tinha por objetivo mapear o perfil demográfico dos conselheiros nacionais. Observou que o trabalho foi organizado em 59 pesquisas, com processos relativamente independentes e instrumentais de coleta semelhantes. Destacou que resultados preliminares indicavam que 25% dos conselheiros do poder público participavam de mais de um colegiado nacional, enquanto 50% da sociedade civil eram membros de mais de um colegiado nacional. O Diretor de Participação Social da Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS/SG-PR), Sr. Raimundo Bonfim, ressaltou que a pesquisa era fruto de Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado entre a SG-PR e o IPEA para acompanhar 65 colegiados nacionais, sendo importante para verificar o perfil dos conselheiros que promoviam as políticas públicas. O Secretário-Executivo do

Codefat substituto agradeceu aos expositores do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT ponderou que participava de vários conselhos nacionais, indagando se precisaria responder o questionário para cada um deles. O Pesquisador do IPEA esclareceu que para cada conselho nacional foi aplicado um questionário próprio, que deveria ser respondido individualmente. Na sequência, passou ao **ITEM 6 - Tema: Atualização sobre a manifestação do TCU quanto à recomendação da CGU de orçamentação dos depósitos especiais do FAT, haja vista conflito de entendimento entre o ME e a CGU, pela Coordenação-Geral de Recursos Financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CGRFAT/DGF/SPT/MTE**. O Coordenador-Geral da CGRFAT registrou que estava agendada para o dia 06.05.2026, reunião via TEAMS, entre equipes técnicas do MTE (Secretaria de Proteção ao Trabalhador - SPT e Diretoria de Logística, Orçamento e Contabilidade - DLOC) e da Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MPO, para tratar da consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a orçamentação dos depósitos especiais do FAT. O Secretário Executivo do Codefat ponderou que o Ministério estava buscando reunir toda a documentação no sentido de defender junto ao TCU o entendimento de que os depósitos especiais deveriam ser mantidos como aplicação extraorçamentária, diferentemente da recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU) de que deveria ser de forma orçamentária. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu aos expositores do tema e, em seguida, indagou se havia alguma manifestação. Em não havendo, passou ao tópico **IV – ASSUNTOS PARA APRESENTAÇÃO: ITEM 7 - Tema: QualificaProBR, plataforma de busca de cursos gratuitos do Ministério do Trabalho e Emprego, integrado à Carteira de Trabalho Digital, pela Secretaria Executiva - SE/MTE**. A Secretária-Executiva do MTE adjunta (SE/MTE), Sra. Luciana Vasconcelos Nakamura, relatou que para ampliar o alcance das políticas públicas de qualificação profissional, o Governo Federal lançou a plataforma QualificaProBR, totalmente gratuita, que valoriza o protagonismo do Governo Federal e garante ao trabalhador um acesso mais simples, intuitivo e inclusivo para planejar seu desenvolvimento pessoal e profissional. Esclareceu que se tratava de um assistente de pesquisa de cursos gratuitos acessível pela Carteira de Trabalho Digital, que reunia links e informações sobre quase 30 mil qualificações profissionais gratuitas, distribuídas por diferentes áreas de atividade e estados do país, com opções presenciais (cerca de um milhão de vagas) e ensino à distância - EaD. Destacou que o QualificaProBR informava o site da instituição responsável pela oferta do curso e dados do mercado de trabalho da área selecionada, para ajudar na tomada de decisão sobre trilhas e capacitações, carreira e futuro profissional. Registrou que os cursos reunidos eram oferecidos por 56 organizações de ensino

parceiras, entre Instituições Federais de Educação, entidades do Sistema S, Secretarias Estaduais e Municipais, cuja rede crescia continuamente, dando capilaridade e diversidade à base de consulta. Ressaltou que o QualificaProBR combinava busca ativa com oferta de informações alinhadas ao seu interesse, tendo por objetivo facilitar o acesso aos cursos oferecidos por instituições reconhecidas pelo compromisso com ensino e aprendizagem. Ponderou que ao identificar os cursos que melhor atendiam aos critérios definidos nos filtros de busca, a plataforma indicava o link para o site da instituição, onde se poderia obter mais detalhes sobre inscrições, vagas, horários, editais, turmas, requisitos e se o curso estava disponível no momento. Observou que a navegação era aberta, sem necessidade de autenticação ou cadastro, reduzindo barreiras e acelerando a descoberta de oportunidades de qualificação. Destacou que a navegação também era simples e intuitiva, e que a pesquisa poderia ser realizada de acordo com os seguintes critérios para os cursos: i) tema; ii) estado; iii) município; e, iv) apenas à distância, ou incluindo opções presenciais. A Secretária-Executiva adjunta finalizou, destacando que o QualificaProBr poderia ser acessado pela Carteira de Trabalho Digital ou pela Web no endereço: https://qualificapro.trabalho.gov.br. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu à expositora do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT apresentou as seguintes sugestões: i) procurar facilitar o link de inscrição nos cursos; ii) incluir na Carteira de Trabalho Digital o registro da conclusão dos cursos; e, iii) atender trabalhadores migrantes. O Conselheiro Titular da CTB sugeriu a inclusão das fundações como ofertante de cursos na plataforma. O Conselheiro Titular da CUT observou a importância de o MTE trabalhar na divulgação dessa Plataforma, visando dar maior visibilidade ao público em geral. A Secretária-Executiva do MTE adjunta solicitou o apoio de todos para a divulgação da Plataforma, ressaltando a dificuldade de chegar a todos os potenciais interessados. Em seguida, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 8 - Tema: Boas Práticas - Projeto Condução Decente: Desenvolvimento do Trabalho Decente, pelo SINE – BA**. O Representante do Sine-BA e do Fonset declarou que o Projeto Condução Decente era uma iniciativa do Governo da Bahia, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, em parceria com órgãos como SEST/SENAT, DETRAN-BA e Desenbahia, voltada à qualificação profissional e inclusão produtiva de trabalhadores que atuavam com motocicletas, especialmente mototaxistas e motofretistas. Ressaltou que o Projeto tinha como principais objetivos: i) promover a qualificação profissional dos trabalhadores do setor; ii) facilitar o acesso a linhas de crédito para aquisição de motocicletas; iii) estimular a geração de emprego e renda; iv) valorizar os profissionais da área; e, v) contribuir para a

segurança no trânsito. Destacou que se estimava beneficiar 6.500 trabalhadores, abrangendo 75 municípios, 27 territórios de identidade e 13 zonas turísticas. Observou que foram ofertados cursos de formação e atualização com conteúdos voltados à prática profissional, incluindo: a) ética e cidadania; b) noções de legislação; c) segurança e saúde; d) gestão de riscos no trânsito; e) atendimento ao cliente; f) transporte de pessoas e cargas; g) logística; e, h) práticas veiculares. Assinalou que foram entregues kits de proteção individual contendo capacete, colete, antena de proteção e bag (baú de transporte). Declarou que foram emitidos 942 certificados, sendo 846 para mototaxistas e 96 para motofretistas, propiciando a ampliação da qualificação profissional e melhoria das condições de trabalho no setor. Ressaltou que o Projeto integrava um conjunto mais amplo de ações de qualificação profissional no estado da Bahia, acrescentando que o Plano de Qualificação 2023/2026 apresentava os seguintes resultados gerais: i) 26.464 pessoas qualificadas; ii) R$31,0 milhões investidos; iii) 1.192 turmas realizadas; iv) 276 municípios atendidos; e, v) formação em 22 áreas profissionais. Relatou quais seriam os impactos esperados: redução de riscos no trânsito, melhoria na qualidade dos serviços prestados, aumento da renda dos beneficiários, fortalecimento da economia local e inclusão produtiva e social dos trabalhadores. Destacou que o Projeto Condução Decente se configurava como uma importante política pública de desenvolvimento social e econômico, ao integrar capacitação profissional, acesso ao crédito e melhoria das condições de trabalho, contribuindo diretamente para a valorização dos profissionais que utilizavam motocicletas como instrumento de trabalho, promovendo maior segurança, eficiência e qualidade nos serviços oferecidos. O Representante do Sine-BA finalizou, informando que precisaria se retirar imediatamente para não perder seu voo de retorno para casa, desculpando-se pela impossibilidade de ficar para responder eventuais questionamentos. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, passou ao **ITEM 9 - Tema: Boas Práticas - Programa de melhoria contínua da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego, pelo SINE – PA**. O Representante do Sine-PA, Sr. Rolando Baptista, relatou que o Atendimento Personalizado do SINE-Pará era uma iniciativa desenvolvida pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) com o objetivo de ampliar o acesso ao mercado de trabalho, sobretudo para grupos em situação de maior vulnerabilidade social. Observou que esse contexto se inseria em um cenário de crescimento econômico no Pará, impulsionado principalmente por setores como o agronegócio e a mineração, acompanhado por uma redução nas taxas de desemprego. Ponderou, no entanto, que persistiam desafios significativos, como a elevada informalidade e as desigualdades

sociais e regionais, que dificultavam o acesso ao emprego formal, especialmente para determinados grupos, o que tornava fundamental a implementação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Declarou que o atendimento personalizado surgia como uma estratégia inovadora, fortalecida por uma cooperação técnica internacional entre Brasil e França. Ressaltou que a proposta buscava aproximar trabalhadores das demandas do mercado por meio de um acompanhamento individualizado, com escuta qualificada e encaminhamentos direcionados, mediante uma abordagem mais humanizada, que considerava as especificidades de cada público atendido. Relatou que a iniciativa priorizava grupos que enfrentavam maiores barreiras de inserção no mercado de trabalho, como mulheres vítimas de violência doméstica, indígenas e refugiados (em especial o povo Warao), egressos do sistema prisional e pessoas com deficiência. Ponderou que o atendimento era estruturado em etapas que incluíam acolhimento, cadastro, identificação de perfil e potencialidades, orientação profissional, encaminhamento para qualificação, captação de vagas específicas e acompanhamento até a efetiva contratação. Declarou que os resultados iniciais demonstravam impactos positivos, acrescentando que entre as mulheres vítimas de violência, por exemplo, o projeto piloto resultou na inserção de parte das participantes no mercado de trabalho, contribuindo para sua autonomia financeira e para a ruptura do ciclo de violência. Observou que para os indígenas Warao foram realizadas ações de capacitação, como oficinas de elaboração de currículo e preparação para entrevistas, visando melhorar suas chances de empregabilidade, e que no caso de egressos do sistema penal, o programa buscava promover a reintegração social por meio do trabalho, enfrentando o estigma e outras barreiras. Registrou que a execução da política contava com importantes parcerias institucionais, como o Tribunal de Justiça do Pará, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Secretaria de Administração Penitenciária do Pará, além de uma estrutura física adequada, incluindo espaços para atendimento individual e ações coletivas, cujos elementos contribuíam para o fortalecimento da iniciativa e ampliavam seu alcance. Ponderou que, de modo geral, os impactos observados incluíam o aumento da empregabilidade, a inclusão social, o fortalecimento da cidadania e a redução das desigualdades. O Representante do SINE-PA finalizou, destacando que o atendimento personalizado do SINE Pará evidenciava que políticas públicas mais direcionadas, integradas e humanizadas eram fundamentais para promover oportunidades reais de trabalho, podendo servir como modelo de boa prática a ser replicado em outras localidades. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular da UGT destacou a

importância dessas apresentações sobre as boas práticas da Rede Sine, pois dava conhecimento das diferenças regionais. O Conselheiro Suplente Representante da NCST, Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, ponderou que seria importante buscar a padronização da Rede Sine, não obstante as suas características locais. O Conselheiro Suplente Representante do MDIC, Sr. Edilson Urbano da Silva, parabenizou a Secretaria Executiva do Codefat pela iniciativa de trazer ao Conselho as apresentações de boas práticas dos entes parceiros, destacando que se tratava de um material muito rico de informações. Prosseguindo, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 10 - Tema: Informações Atualizadas sobre o Seguro Desemprego Pescador Artesanal (SDPA) e a situação atual da Medida Provisória nº 1.323, de 4 de novembro de 2025, pelo Departamento de Gestão de Benefícios – DGB/SPT/MTE**. O Diretor de Gestão de Benefícios (DGB/SPT/MTE), Sr. João Paulo Ferreira Machado, relatou que no período de 1º de novembro de 2025 a 25 de abril de 2026, foram registrados 1.376.614 requerimentos, volume equivalente a 97,9% do observado no ciclo anterior, com forte concentração nos estados do Maranhão, Pará, Bahia, Amazonas e Piauí, que, juntos, responderam por quase 80% do total nacional. Ponderou que, em relação aos pagamentos, desde fevereiro de 2026 foram processados 11 lotes, totalizando a emissão de 1.131.806 parcelas, com valor global de aproximadamente R$1,83 bilhão. Declarou que a maior parte dos beneficiários recebeu a primeira parcela, seguida por reduções progressivas nas parcelas subsequentes, sendo a quarta parcela residual, com os pagamentos alcançando pescadores em mais de 2.500 municípios, evidenciando a ampla capilaridade do programa. Observou, quanto à gestão de riscos, que o SDPA se estruturava em quatro pilares principais: pesquisa contínua, trilhas de auditoria, monitoramento e análise centralizada de recursos, acrescentando que foram implementadas diversas trilhas de fiscalização para identificar inconsistências e possíveis fraudes, além do monitoramento permanente de milhares de CPFs e CNPJs. Destacou que no período analisado, mais de 21 mil bloqueios foram realizados, gerando uma economia estimada de cerca de R$135 milhões em recursos públicos. Relatou que até abril de 2026, foram realizados mais de 626 mil atendimentos em 132 municípios, com destaque para estados como Pará, Maranhão, Amazonas, Bahia e Piauí, onde houve alta cobertura em relação ao número de requerimentos, além de tempo médio de atendimento reduzido. Informou que a Medida Provisória nº 1.323/2025 foi convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 01/2026, e encaminhado para sanção presidencial, podendo implicar futuras alterações nas regras do benefício. O Coordenador-Geral da CGSDPA finalizou, observando que a presente apresentação buscou evidenciar tanto a dimensão operacional e financeira do SDPA quanto os esforços de controle,

fiscalização e aprimoramento institucional do programa. O Secretário-Executivo do Codefat substituto agradeceu ao expositor do tema e, em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Presidente indagou sobre o quantitativo de pescadores artesanais atendidos, ao que o Diretor do DGF informou que já haviam sido emitidas 598 mil parcelas do benefício do seguro-desemprego para esse público. Em seguida, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **ITEM 11 - Tema: Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – 1º Trimestre de 2026, pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho – SEET/SE/MTE.** O Presidente informou que dado o adiantado da hora, essa apresentação ficaria para a reunião seguinte. Na sequência, o Secretário-Executivo do Codefat substituto passou ao **tópico V - OUTROS ASSUNTOS: ITEM 12 - Entrega dos seguintes documentos: 12.1. Resumo das discussões da 182ª Reunião Ordinária do GTFAT, realizada em 15.04.2026**, elaborado pela Coordenação-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CGFAT/DGF/SPT/MTE; **12.2. Boletim de Informações Financeiras do FAT – 1º Bimestre de 2026**, elaborado pela Coordenação-Geral de Recursos Financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CGRFAT/DGF/SPT/MTE; e, **12.3. Relatório Bimestral de Acompanhamento da Programação Anual de Aplicação de Recursos do FAT Constitucional**, elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O Secretário-Executivo do Codefat substituto informou que os documentos e arquivos da presente reunião se encontravam disponíveis no processo SEI nº 19955.201274/2026-19. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Sandro Pereira Silva, Secretário-Executivo do Codefat substituto, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do Codefat, e por mim.

SÉRGIO LUIZ LEITE
Presidente do Codefat e
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

SANDRO PEREIRA SILVA
Secretário-Executivo do Codefat substituto